

FINS DE MUNDO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A VIDA NAS RUÍNAS DO ANTROPOCENO EM SÃO GONÇALO (RJ)***END OF THE WORLD, CLIMATE CHANGE, SPACE PRODUCTION AND LIFE IN THE RUINS OF THE ANTHROPOCENE IN SÃO GONÇALO (RJ)***

Lucas Santos Daniel *

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do Antropoceno, defendendo que o colapso climático se manifesta como múltiplos “fins de mundo” territorializados e desigualmente distribuídos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-conceitual, articulada à análise de dados secundários sobre eventos climáticos extremos no município de São Gonçalo (RJ), com base em séries históricas entre 2004 e 2024. Os resultados evidenciam que os chamados desastres naturais são, na realidade, socialmente produzidos, resultantes da urbanização desigual, da precariedade da governança urbana e da concentração de populações vulneráveis em áreas de risco, o que torna os impactos climáticos recorrentes e estruturais no cotidiano local. Além disso, observa-se que tais impactos são racializados e territorialmente concentrados, reforçando desigualdades históricas associadas ao capitalismo e ao colonialismo. Conclui-se que a crise climática não pode ser compreendida como um fenômeno universal e homogêneo, mas como expressão de relações de poder e da produção desigual do espaço, exigindo abordagens críticas que articulem justiça climática, planejamento urbano e enfrentamento das desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: mudanças climáticas; produção do espaço; desigualdade socioambiental; vulnerabilidade climática.

Abstract

This article aims to analyze climate change as a socially and spatially produced phenomenon in the context of the Anthropocene, arguing that climate breakdown manifests itself as multiple territorialized and unequally distributed "ends of the world". Methodologically, this is qualitative research of a theoretical-conceptual nature, articulated with the analysis of secondary data on extreme weather events in the municipality of São Gonçalo (RJ), based on historical series between 2004 and 2024. The results show that the so-called natural disasters are, in reality, socially produced, resulting from uneven urbanization, the precariousness of urban governance and the concentration of vulnerable populations in risk areas, which makes the climate impacts recurrent and structural in the local daily life. In addition, it is observed that such impacts are racialized and territorially concentrated, reinforcing historical inequalities associated with capitalism and colonialism. It is concluded that the climate crisis cannot be understood as a universal and homogeneous phenomenon, but as an expression of power relations and the

* Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. E-mail: geo.lucasdaniel@gmail.com.



unequal production of space, requiring critical approaches that articulate climate justice, urban planning and tackling socio-environmental inequalities.

Keywords: climate change; space production; socio-environmental inequality; climate vulnerability.

Introdução

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas têm ocupado lugar central nos debates científicos, políticos e midiáticos, sendo frequentemente apresentadas como uma crise ambiental de alcance global e consequências universais. Contudo, Chakrabarty (2025) argumenta que a compreensão das mudanças climáticas exige ir além da escala do global, uma vez que essas crises não podem ser apreendidas apenas como um fenômeno universal e homogêneo.

Sendo assim, conforme aponta Acselrad (2022), a crise climática expressa e aprofunda desigualdades históricas, revelando-se como um fenômeno profundamente social, político e territorialmente produzido. Ocorre que, ao reduzir a crise climática a fatores biológicos supostamente universais, contribui-se para a naturalização de seus impactos e para o obscurecimento do fato de que estes não se distribuem de forma homogênea no espaço.

Diante disso, a emergência do conceito de *Antropoceno* tem ampliado esse debate ao reconhecer a ação humana como força geológica capaz de alterar os sistemas terrestres (Crutzen; Stoermer, 2000). Ocorre que, ao operar com a noção de um *anthropos* abstrato e universal, essa categoria corre o risco de diluir as assimetrias de poder que estruturam o capitalismo contemporâneo, bem como as diferenças históricas e territoriais na produção e na vivência dos impactos climáticos. Desse modo, a partir das reflexões de Alkmin (2023), a responsabilização genérica da humanidade tende a apagar as relações entre colonialismo, urbanização desigual, exploração da natureza e concentração dos riscos socioambientais em determinados territórios e populações.

Diante desse cenário, coloca-se como problema de pesquisa a necessidade de compreender de que maneira as mudanças climáticas, longe de constituírem um fenômeno exclusivamente natural, são produzidas e vividas socialmente por meio da organização desigual do espaço. Interroga-se, assim, como a produção do espaço urbano



e a construção social do risco contribuem para a conformação de territórios sistematicamente expostos aos impactos climáticos, transformando eventos naturais em desastres recorrentes e naturalizados.

Essa problemática revela que os chamados “fins de mundo” não se apresentam como um horizonte futuro comum, mas como experiências históricas e territorializadas, vividas cotidianamente por populações socialmente marginalizadas (Haraway, 2023; Tsing, 2022). Com isso, a relevância deste estudo reside na contribuição para o deslocamento das leituras naturalizantes e globalizadas da crise climática, ao enfatizar sua dimensão social, espacial e política.

Seguindo essa lógica, Acselrad (2022) argumenta que as mudanças climáticas não devem ser compreendidas apenas como um fenômeno natural ou técnico, mas como um processo profundamente atravessado por dimensões socioeconômicas e sociopolíticas. Assim, ao articular mudanças climáticas e produção desigual do espaço, o artigo busca fortalecer abordagens críticas no campo das ciências sociais, humanas e políticas, mobilizando aportes como a análise das desigualdades estruturais, da produção social do espaço, das relações de poder e dos arranjos de governança urbana, contribuindo para o debate sobre justiça climática, governança urbana e vulnerabilidade socioambiental, especialmente em contextos metropolitanos periféricos.

É no debate sobre mudanças climáticas que as dimensões sociológicas das transformações ecológicas têm sido mais especificadas, ainda que de formas bem distintas, notadamente se compararmos as abordagens das diferentes subdisciplinas das ciências sociais, com a perspectiva que tem vigorado nas instituições internacionais de regulação. É comum vermos referências à falta de estudos em ciências sociais sobre as mudanças climáticas (Acselrad, 2022, p. 2).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do *Antropoceno*, defendendo a tese de que o colapso climático não representa um fim universal, mas múltiplos “fins de mundo” territorializados e desigualmente distribuídos. Para tanto, estabelece-se um diálogo teórico entre a perspectiva da produção do espaço de Lefebvre (2000), a noção de vulnerabilidade e risco socialmente construído de Cutter (2006) e as reflexões de Haraway (2023) e Tsing (2022) acerca de viver nas ruínas e da ética de “ficar com o problema”.



O trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de caráter crítico, apoiada em uma análise teórico-conceitual, articulada a um recorte empírico localizado no município de São Gonçalo (RJ), compreendido como território-expressão das desigualdades climáticas no capitalismo periférico. Além do diálogo com autores centrais sobre *Antropoceno*, produção do espaço, risco e vulnerabilidade, o estudo mobiliza a análise de dados secundários referentes aos impactos de eventos climáticos extremos no município com o objetivo de evidenciar empiricamente a materialização dessas desigualdades no território e sustentar o argumento crítico desenvolvido ao longo da pesquisa.

Diante disso, a articulação entre referencial teórico e dados empíricos permite evidenciar como os eventos extremos se inscrevem em espaços historicamente produzidos para a vulnerabilidade, reforçando a compreensão das mudanças climáticas como fenômeno social, espacialmente situado e desigualmente vivido. Dessa forma, pensar o clima como fenômeno social implica reconhecer as estruturas que produzem a exposição ao risco, bem como as formas de vida, resistência e permanência que se constroem nos territórios marcados pelas ruínas do desenvolvimento capitalista.

Procedimentos metodológicos

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, articulada à análise de dados secundários, com o objetivo de compreender as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do *Antropoceno*.

O recorte empírico adotado corresponde ao município de São Gonçalo (RJ), selecionado por constituir um território-expressão das desigualdades socioambientais no contexto da urbanização periférica da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. O trabalho se configura como um estudo de caso do município de São Gonçalo (RJ), em que a escolha do recorte municipal tem fundamento em seu histórico de ocupação urbana desigual, na recorrência de eventos climáticos extremos, como inundações e movimentos de massa, e na disponibilidade de dados sistematizados sobre seus impactos (Daniel; Lopes, 2024).



Os dados empíricos mobilizados se referem a registros de eventos climáticos extremos ocorridos no município entre os anos de 2004 e 2024, obtidos a partir de bases oficiais, especialmente o Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2024), bem como de estudos acadêmicos recentes que analisam os impactos socioambientais desses eventos em escala local. Nessa perspectiva, foram considerados indicadores, como número de ocorrências, pessoas afetadas, desalojadas, desabrigadas e óbitos, de modo a evidenciar a recorrência e a dimensão estrutural dos desastres no território analisado.

No que se refere aos critérios de seleção destas fontes, priorizaram-se bases de dados oficiais e produções acadêmicas que apresentassem consistência metodológica, abrangência temporal contínua e pertinência direta ao objeto de estudo. Tal escolha se justifica pela necessidade de trabalhar com informações sistematizadas e comparáveis ao longo do tempo, capazes de evidenciar padrões de recorrência e concentração dos impactos climáticos. Além disso, buscou-se privilegiar fontes que permitissem articular dimensões quantitativas dos desastres com interpretações qualitativas já consolidadas na literatura especializada.

A organização dos dados ocorreu por meio da sistematização dos registros em séries temporais compreendidas entre 2004 e 2024, considerando sua distribuição territorial e frequência de ocorrência. Para tanto, os indicadores selecionados foram agrupados de modo a possibilitar a identificação de padrões de repetição dos eventos, bem como a concentração espacial dos impactos em determinados bairros e setores do município, permitindo não apenas evidenciar a recorrência dos desastres, mas também compreender sua permanência como elemento constitutivo da dinâmica urbana local.

Reconhece-se que o uso de dados secundários, especialmente aqueles produzidos por órgãos estatais, impõe limites à replicabilidade estrita da pesquisa e à apreensão direta das experiências vividas pelas populações afetadas¹. Nesse contexto, esses registros tendem a privilegiar dimensões quantitativas e institucionais dos desastres, podendo invisibilizar impactos cotidianos, perdas simbólicas e estratégias locais de enfrentamento.

¹ Destaca-se que, embora sejam dados secundários, ainda sim, a utilização é considerada pertinente ao objetivo do estudo, na medida em que permite evidenciar a dimensão estrutural e territorializada dos desastres climáticos e problematizar a própria forma como o risco é produzido, registrado e naturalizado pelas instâncias oficiais.

Entretanto torna-se necessário destacar que a leitura e interpretação dos dados não tiveram caráter estatístico-explicativo, mas analítico-interpretativo, buscando identificar padrões de recorrência, concentração territorial dos impactos e permanência das condições de vulnerabilidade ao longo do tempo. Nesse sentido, os dados foram tratados como expressões empíricas de processos históricos e estruturais, e não como eventos isolados ou excepcionalidades naturais.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e relacional, orientada pelo referencial teórico da produção do espaço (Lefebvre, 2000), pela compreensão da vulnerabilidade como construção social (Cutter, 2006) e pelas contribuições críticas acerca do *Antropoceno* e dos “fins de mundo” territorializados (Haraway, 2023; Tsing, 2022). Assim, essa articulação permitiu interpretar os eventos climáticos não como fenômenos naturais isolados, mas como expressões de processos históricos e estruturais associados à urbanização desigual, à fragilidade da governança urbana e à concentração de riscos em determinados territórios e populações.

***Antropoceno*, mudanças climáticas e a construção social de uma crise global**

A noção de *Antropoceno* surge no debate científico como uma tentativa de nomear uma nova época geológica caracterizada pela intensificação da ação humana sobre os sistemas naturais da Terra. Nesse contexto, Crutzen e Stoermer (2000), ao reconhecerem a humanidade como força geofísica capaz de alterar ciclos climáticos, ecossistemas e processos biogeoquímicos, contribuem para romper com a ideia de uma natureza intocada e separada da sociedade.

Ocorre que, ao operar com a figura de um *anthropos* abstrato e universal, o *Antropoceno* tende a obscurecer as profundas desigualdades históricas, sociais e territoriais que estruturam a produção da crise ecológica contemporânea. Em outras palavras, como também coloca em destaque Acselrad (2022), pode-se afirmar que ao responsabilizar toda a humanidade de forma genérica, o conceito de *Antropoceno* corre o risco de apagar o fato de que a crise ambiental é produzida de maneira desigual, por grupos, territórios e sistemas específicos, enquanto seus impactos recaem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis.



Alguns autores assinalam que a noção de *Antropoceno* desnaturaliza a causa das grandes transformações ecológicas, mas, ao mesmo tempo, as renaturaliza em seguida ao colocar a responsabilidade sobre a natureza humana, deixando em aberto a discussão sobre sua sociogênese (Acsehrad, 2022, p. 2).

Essa universalização da responsabilidade ambiental dilui as relações de poder que sustentam o capitalismo global, apagando as diferenças entre aqueles que mais contribuíram historicamente para a degradação ambiental e aqueles que experimentam, de forma mais intensa, seus impactos. Conforme argumenta Marques (2018), embora exista amplo consenso científico acerca da origem antropogênica do aquecimento global, a persistência do modelo capitalista de produção e consumo, sustentado por elites econômicas e políticas, impede o reconhecimento efetivo da gravidade da crise ecológica e a adoção de medidas compatíveis com seu caráter urgente.

Nesse sentido, a crise climática não pode ser atribuída genericamente à humanidade, mas deve ser compreendida como resultado de modos específicos de produção, consumo e apropriação da natureza, historicamente associados à expansão do capitalismo, ao colonialismo e à urbanização desigual. Assim, a partir da perspectiva de Acsehrad (2022), compreende-se que o *Antropoceno* se revela como um campo de disputa política e epistêmica sobre a interpretação da crise ambiental.

As mudanças climáticas, portanto, não constituem um fenômeno natural externo à sociedade, mas expressam a materialização histórica de relações sociais desiguais. Nesse contexto, Carvalho (2024) demonstra que os impactos das mudanças climáticas recaem de maneira desproporcional sobre populações do Sul Global, povos indígenas e comunidades marginalizadas, ao mesmo tempo em que países industrializados e grandes corporações seguem se beneficiando da exploração ambiental.

Nesse quadro, compreender o *Antropoceno* exige deslocar o debate do campo estritamente ambiental para uma análise crítica das estruturas sociais que produzem a crise climática, como expõe Carvalho (2024). Sendo assim, trata-se de reconhecer que os efeitos do clima são atravessados por relações de poder, decisões políticas e dinâmicas econômicas que definem quem está mais exposto aos impactos ambientais e quem dispõe de maiores recursos para mitigá-los ou evitá-los.

Dessa forma, o clima deixa de ser apenas um elemento natural e passa a ser entendido como um componente ativo da organização social e territorial. Nessa



perspectiva, a crise climática deve ser interpretada como expressão do colonialismo climático, que segundo Alkmin (2023), evidencia como os territórios e populações que menos contribuíram para a degradação ambiental são justamente aqueles que mais sofrem seus impactos, enquanto os benefícios da exploração dos recursos naturais permanecem concentrados nos países centrais e nas elites econômicas globais.

A precariedade ambiental, a insegurança territorial e a exposição constante ao risco fazem parte do cotidiano de populações que vivem nas margens do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, Alkmin (2023) ressalta que a vulnerabilidade socioambiental e instabilidade territorial não são, portanto, condições naturais ou ocasionais, mas resultados de processos históricos e estruturais que produzem desigualdade, concentrando benefícios econômicos em certos territórios enquanto expõem outros a riscos permanentes.

Dessa maneira, o *Antropoceno* pode ser compreendido menos como uma era homogênea e mais como um processo marcado por múltiplos “fins de mundo”, territorialmente situados e socialmente diferenciados. Ao reconhecer seu caráter problemático, sobretudo por universalizar responsabilidades e obscurecer desigualdades estruturais, o conceito é aqui mobilizado de forma crítica, deslocando-o de uma categoria meramente descritiva para uma ferramenta analítica capaz de evidenciar as dimensões sociais, políticas e espaciais que conformam a experiência contemporânea da crise ambiental.

Produção do espaço, risco e desigualdade climática

A partir da perspectiva da produção do espaço, torna-se possível compreender que os territórios mais severamente atingidos pelos impactos das mudanças climáticas não são produto do acaso nem de meras contingências naturais. Sendo assim, conforme aponta Lefebvre (2000), o espaço é socialmente produzido, resultado de relações históricas de poder, de decisões políticas e de dinâmicas econômicas que organizam o uso do solo, a distribuição de infraestruturas e as condições de habitabilidade.

De maneira análoga, Milton Santos (2008) destaca que o espaço geográfico expressa a materialização das desigualdades sociais, sendo simultaneamente condição,



meio e produto das relações sociais. Dessa forma, as teses de ambos os autores fomentam a discussão de que os riscos climáticos se inscrevem em espaços previamente marcados pela desigualdade, revelando a dimensão espacial das injustiças socioambientais.

Ao articular essas perspectivas, o espaço urbano deixa de ser entendido como mero cenário e passa a ser compreendido como elemento ativo na produção e reprodução dos riscos climáticos, organizando e legitimando a distribuição desigual de seus impactos como mediação entre dinâmicas globais e manifestações locais. No Brasil, essa desigualdade assume também um caráter racializado, na medida em que populações negras são historicamente concentradas em territórios precarizados, evidenciando que a vulnerabilidade climática incide de forma desproporcional sobre esses grupos, como já apontado por Carolina Maria de Jesus (2007) ao retratar a vida na favela do Canindé.

Nesse sentido, a compreensão dessas dinâmicas pode ser aprofundada a partir das reflexões de Grada Kilomba (2020), ao evidenciar que o racismo não se manifesta apenas em estruturas materiais, mas também em práticas cotidianas, discursos e formas de silenciamento que naturalizam a marginalização de corpos negros. Ao recuperar a memória colonial como elemento constitutivo das relações sociais contemporâneas, a autora demonstra que a racialização dos territórios e das condições de vida está diretamente vinculada à permanência de hierarquias históricas que definem quem pode ocupar espaços dignos e quem é relegado a contextos de precariedade.

A questão supracitada, se relaciona significativamente com o conceito de necropolítica proposto por Mbembe (2021), sobretudo quando o autor coloca em evidência como determinadas populações são sistematicamente expostas a condições de vida marcadas pela precariedade, pela violência e pela maior probabilidade de morte. Diante dessa análise proposta, permite-se analisar que a crise climática não apenas intensifica desigualdades existentes, mas também reproduz e aprofunda estruturas históricas de racialização do espaço e da vulnerabilidade.

Sob essa análise, Harvey (2012) enfatiza que a urbanização se configura historicamente como um fenômeno marcado por relações de classe, uma vez que o excedente econômico é apropriado a partir do trabalho e dos territórios de determinados grupos, enquanto seu controle e redistribuição permanecem concentrados em poucos agentes. Nessa perspectiva, a urbanização sob a lógica capitalista assume papel

determinante na constituição do presente cenário brasileiro, em que esse movimento resulta na expulsão das populações de menor renda para áreas desvalorizadas do território, geralmente caracterizadas por vulnerabilidades ambientais.

Com isso, quando se olha para o cenário da ocupação do território nacional e a presença de características peculiares, como encostas instáveis, margens de rios, áreas sujeitas a alagamentos e zonas com elevada exposição a ondas de calor, compreende-se que, a partir de uma lógica de produção segregadora e periférica, tornam-se espaços de moradia para populações com menor poder econômico e político. Assim, a partir do que Harvey (2012) reflete, consegue-se interpretar que o espaço urbano, longe de ser neutro, atua como mediador das desigualdades sociais, concentrando riscos e vulnerabilidades em territórios específicos.

Diante desse cenário, a vulnerabilidade climática, ao atingir regiões periféricas e em situações de vulnerabilidade econômica e política, deve ser compreendida como uma construção social, conforme argumenta Cutter (2006). Sob esse ponto de vista, percebe-se que a exposição aos riscos ambientais não decorre apenas da presença de ameaças naturais, mas da combinação entre fatores ambientais, socioeconômicos, institucionais e políticos.

As vulnerabilidades criadas socialmente são amplamente ignoradas na literatura sobre riscos e desastres porque são muito difíceis de medir e quantificar. A vulnerabilidade social é parcialmente produto das desigualdades sociais — aqueles fatores e forças sociais que criam a suscetibilidade de vários grupos a danos e, por sua vez, afetam sua capacidade de resposta e recuperação (resiliência) após o desastre [...]. (Cutter, 2006, tradução nossa)

Partindo desse ponto de vista, a capacidade de antecipar, responder e se recuperar de eventos extremos varia conforme o acesso a recursos materiais, infraestrutura urbana, políticas públicas eficazes e redes de proteção social. Com isso, como reflete Canil, Lampis e Santos (2020), estudos sobre vulnerabilidade e risco reforçam que essa construção social se expressa de forma desigual no território, especialmente em regiões metropolitanas marcadas por intensos contrastes socioespaciais.

A ideologia de conquistar e domar a natureza (um ideal europeu herdado de que o homem poderia de fato controlar a natureza), em vez de viver em harmonia com ela, foi (e ainda é) a força motriz por trás da vulnerabilidade física da região metropolitana. (Cutter, 2006, tradução nossa).



A produção social do risco evidencia que desastres climáticos não podem ser explicados exclusivamente por variáveis naturais, pois, conforme apontam Moura e Silva (2008) e Nunes (2015), inundações, deslizamentos, secas prolongadas ou ondas de calor extremas resultam da interação entre eventos climáticos e formas específicas de ocupação do território, planejamento urbano e governança. A ausência ou precariedade de políticas habitacionais, de sistemas de drenagem, de saneamento básico e de estratégias de adaptação climática contribui para a intensificação dos impactos, sobretudo em áreas periféricas.

A intensificação dos riscos climáticos revela, portanto, a face espacial das desigualdades sociais no contexto do *Antropoceno*, conceito que evidencia a centralidade da ação humana como força geofísica capaz de alterar os sistemas naturais da Terra (Crutzen; Stoermer, 2000). Nesse contexto, enquanto grupos socialmente privilegiados dispõem de maior capacidade de adaptação, populações vulnerabilizadas enfrentam o colapso climático como parte de sua experiência cotidiana.

Como aponta Cutter (2006), raça, classe e etnia estruturam a exposição aos riscos, evidenciando que populações negras e pobres, historicamente situadas em áreas mais frágeis e com menor acesso a recursos e proteção, são desproporcionalmente afetadas, o que revela o papel do racismo estrutural, da pobreza e da negligência estatal na definição de quem mais sofre com esses eventos. Assim, tais espaços podem ser compreendidos como ruínas permanentes do desenvolvimento capitalista, onde o “fim do mundo” se manifesta de forma contínua e localizada, sobretudo nas periferias, dialogando com o debate sobre o direito à cidade ao evidenciar que a negação de condições dignas e de proteção frente aos riscos ambientais configura uma forma de espoliação urbana (Harvey, 2012).

Ao reconhecer o risco como construção social e o espaço como produto de relações desiguais, torna-se possível romper com leituras naturalizantes da crise climática e avançar para uma compreensão crítica das mudanças climáticas como fenômeno social. Dessa maneira, essa abordagem permite não apenas identificar as causas estruturais da vulnerabilidade, mas também questionar os modelos de desenvolvimento e planejamento que continuam a produzir territórios destinados a sobreviver nas ruínas do *Antropoceno*.



Viver nas ruínas, fins de mundo e (re)existência frente às crises climáticas

As contribuições de Haraway (2023) e Tsing (2022) oferecem importantes deslocamentos teóricos para pensar as mudanças climáticas para além das narrativas hegemônicas de colapso total e extinção inevitável. Nesse contexto, em oposição a discursos apocalípticos que anunciam um “fim do mundo” homogêneo e universal, essas autoras contribuem para a reflexão do reconhecimento da gravidade da crise climática sem reduzir o futuro a um horizonte de paralisia política ou desespero absoluto.

Trata-se, antes, de compreender os fins de mundo como processos históricos, situados e atravessados por desigualdades, nos quais coexistem destruição, sofrimento e possibilidades de reinvenção da vida. Nessa perspectiva, como propõe Haraway (2023), não há um colapso único e universal, mas uma multiplicidade de fins de mundo que já vêm sendo experienciados de forma desigual por diferentes povos, territórios e espécies, especialmente aqueles historicamente submetidos às violências do colonialismo, do capitalismo e do racismo ambiental.

Ao incorporar essas perspectivas, o debate sobre mudanças climáticas se desloca de uma abordagem centrada exclusivamente na catástrofe para uma análise que reconhece a coexistência entre destruição e possibilidade. No entanto, é fundamental evitar leituras que romantizem a vida nas ruínas, uma vez que esse conceito deve ser compreendido de forma crítica, como expressão de uma condição historicamente produzida, e não como alternativa desejável, mantendo em evidência as relações de poder que definem quem é obrigado a habitar esses contextos.

A noção de “ficar com o problema”, formulada por Haraway (2023), constitui uma proposta ética e política que recusa tanto a negação da crise quanto a busca por soluções tecnocráticas simplificadoras. Para a autora, viver no *Antropoceno* exige reconhecer a complexidade dos emaranhados que conectam humanos, não humanos, tecnologias e ecossistemas, assumindo a responsabilidade coletiva por um mundo danificado. Como destaca a autora:

Trata-se de mais do que “mudanças climáticas”; trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes



genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema. A recursividade pode ser terrível (Haraway, 2016).

Tsing (2022), por sua vez, ao analisar as ruínas do capitalismo, demonstra que mesmo em contextos marcados pela degradação ambiental, pela precarização do trabalho e pela destruição dos ecossistemas, emergem formas de vida que escapam às lógicas totalizantes do progresso capitalista. As ruínas não são apenas espaços de morte e abandono, mas também territórios onde se constroem relações inesperadas, práticas de sobrevivência e modos alternativos de existência. Essa perspectiva permite deslocar o olhar do colapso como fim absoluto para o colapso como condição histórica desigual, na qual diferentes mundos se desintegram enquanto outros são criados.

Essas abordagens tornam possível compreender os “fins de mundo” como experiências múltiplas e territorialmente situadas. Para determinados grupos sociais, especialmente aqueles historicamente privilegiados, o *Antropoceno* representa a ameaça à continuidade de estilos de vida baseados no consumo intensivo e na exploração irrestrita da natureza. Já para populações periféricas, racializadas e socialmente marginalizadas, o colapso ambiental não se apresenta como ruptura futura, mas como uma experiência cotidiana, marcada pela insegurança territorial, pela precariedade ambiental e pela exposição constante ao risco.

Diante dessa perspectiva, importa destacar que reconhecer a existência de vida nas ruínas não implica romantizar o sofrimento ou naturalizar a precariedade, sobretudo quando se trata de populações que vivem as margens da dignidade de viver. Sendo assim, ao contrário, trata-se de evidenciar as contradições que atravessam os territórios afetados pela crise climática, nos quais coexistem abandono estatal, violência ambiental e formas de resistência cotidiana.

O aquecimento global, a extinção em massa de espécies não-humanas, a desflorestação e os eventos meteorológicos extremos são ilustrações sombrias e particularmente emblemáticas da forma como a modernidade, nomeadamente desde a Revolução Industrial, tem acelerado e fomentado uma relação assimétrica com a natureza, que tem resultado, pois, numa destruição generalizada (Carvalho; Requito, 2022, p. 5).

A partir dos pensamentos de Carvalho e Requito (2022), alinhado à visão de Tsing (2022), entende-se que as ruínas revelam tanto os limites do projeto civilizatório



capitalista quanto a capacidade de grupos sociais produzirem sentidos, vínculos e estratégias de sobrevivência em contextos adversos. Assim, as possibilidades de vida que emergem nesses espaços devem ser compreendidas de maneira crítica, sem apagar as assimetrias de poder que estruturam a experiência do colapso.

As mudanças climáticas são um fenômeno excessivamente grande para que sejam ignorados pelo pensamento filosófico, até mesmo porque vemos em todos os lugares seus efeitos ecológicos, econômicos, políticos e sociais. [...] Precisamos, portanto, elaborar um pensamento que leve em conta a Terra, seus habitantes e seu estado crítico de transição climática e, ao mesmo tempo, fundamente um projeto político consistente para a possibilidade de vida humana e não-humana no futuro (Machado, 2019, p. 14).

Nesse sentido, a partir do pensamento de Machado (2019), pensar as mudanças climáticas como fenômeno social implica reconhecer simultaneamente as estruturas que produzem a vulnerabilidade e as práticas de resistência, adaptação e reinvenção da vida que se constroem nos territórios afetados. Os fins de mundo, longe de constituírem uma experiência universal, revelam-se como processos profundamente desiguais, que convocam novas imaginações políticas e ontológicas sobre as relações entre humanos, natureza e espaço.

Sendo assim, mais do que imaginar futuros utópicos, “viver nas ruínas” nos convida a habitar o presente marcado pelo colapso, reconhecendo-o como espaço de possibilidades para novas formas de existência. Conforme proposto por Haraway (2023), “ficar com o problema” significa permanecer junto às crises, reconhecendo a vulnerabilidade e fomentando práticas de adaptação, cuidado e reinvenção da vida. Viver nas ruínas é, assim, uma postura ativa de engajamento com a realidade complexa, onde resistir e reinventar-se se tornam práticas cotidianas e políticas.

São Gonçalo (RJ) e os fins de mundo localizados

Inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o município de São Gonçalo constitui um território emblemático para compreender as mudanças climáticas como fenômeno social e espacialmente produzido. Nesse contexto, como exposto por Daniel e Lopez (2024), marcado por um processo histórico de urbanização acelerada, desigual e



subordinada às dinâmicas metropolitanas, o município expressa de forma contundente as contradições da produção do espaço urbano no capitalismo periférico.

Em linha tênue, Morais *et al.* (2024) enfatizam que a expansão urbana de São Gonçalo ocorreu, em grande medida, sem o acompanhamento de políticas públicas capazes de garantir infraestrutura adequada, planejamento territorial e proteção ambiental. Diante disso, como resultado, parcelas significativas da população passaram a ocupar áreas ambientalmente frágeis, como encostas, margens de cursos d'água e zonas sujeitas a alagamentos.

Consecutivamente, “[...] a população mais vulnerável que ocupam as zonas mais suscetíveis, estão potencialmente mais expostos ao risco de serem atingidos por um evento catastrófico [...]” (Morais *et al.*, 2024, p. 2). A presente exposição nos permite compreender que essa forma de produção do espaço evidencia como as desigualdades socioespaciais precedem e condicionam os impactos climáticos, transformando chuvas intensas, elevação das temperaturas e instabilidades ambientais em riscos permanentes à vida cotidiana.

Nesse contexto, os impactos associados às mudanças climáticas não se apresentam como eventos excepcionais, mas como parte constitutiva do cotidiano de amplos segmentos da população, configurando fins de mundo localizados e recorrentes. No entanto, para compreender de forma mais precisa a especificidade do caso de São Gonçalo, torna-se necessário situá-lo em um quadro mais amplo, evidenciando como esses processos se manifestam em escala regional.

Nesse sentido, a análise dos dados referentes ao estado do Rio de Janeiro permite identificar a distribuição dos impactos dos desastres em diferentes municípios, possibilitando compreender a posição relativa de São Gonçalo no conjunto das áreas mais afetadas (tabela 1). Observa-se que, embora municípios como Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis concentrem os maiores números absolutos de óbitos, São Gonçalo apresenta uma expressiva quantidade de pessoas afetadas e desalojadas, evidenciando que, mesmo não figurando entre os casos mais letais, o município se destaca pela recorrência e pela dimensão social dos impactos. Esse dado reforça a compreensão de que a vulnerabilidade climática não se expressa apenas em eventos extremos de grande magnitude, mas também na repetição contínua de ocorrências que produzem instabilidade cotidiana.



Tabela 1 – Dez municípios do Estado do Rio de Janeiro com maior quantidade de impactos decorrentes de desastres entre 2004 e 2024

Município	Óbitos	Desalojados	Feridos	Afetados
Petrópolis	516	36372	951	38417
Nova Friburgo	432	9878	905	11315
Teresópolis	382	20307	877	21813
Angra dos Reis	100	48185	213	169164
Rio de Janeiro	91	13595	139	13850
Niterói	65	2838	8	2911
Sumidouro	30	1417	21	1502
São Gonçalo	24	12903	78	13049
Sapucaia	23	1651	1	1675
Duque de Caxias	18	17072	656	17956

Fonte: Brasil (2024).

A partir desse enquadramento em escala estadual, torna-se possível avançar para a análise em escala local, de modo a compreender como esses impactos se materializam concretamente no território de São Gonçalo. Nessa perspectiva, Tórnio e Kede (2024) evidenciam a frequência de registros de inundações, desabrigados, desalojados e óbitos no município, indicando que tais eventos produzem danos severos e sistemáticos à população no âmbito intraurbano (tabela 2).

Mais do que evidenciar a distribuição espacial das ocorrências, os dados apresentados (tabela 2) permitem identificar a existência de uma lógica territorial persistente, na qual determinados bairros concentram de forma recorrente os impactos dos eventos climáticos extremos. Essa regularidade indica que os desastres não podem ser interpretados como eventos episódicos, mas como parte de uma dinâmica estrutural de produção da vulnerabilidade, em que a repetição dos impactos ao longo do tempo revela não apenas a intensificação dos fenômenos climáticos, mas, sobretudo, a permanência de condições urbanas que reproduzem a exposição ao risco.

Tabela 2 – Bairros com mais registros de inundações (%) em São Gonçalo (RJ)

Ordem	Bairro	Inundações	Desabrigados	Mortes
6	Alcântara	3,1	0,1	1,5
28	Amendoeira	0,7	3,3	0
24	Barro Vermelho	1,1	0	4,6
13	Boa Vista	1,8	0	0
12	Boaçu	2	0	0
14	Coelho	1,4	0	0
2	Colubandê	7,1	0	1,5
17	Engenho Pequeno	1	0	13,7
30	Gradim	0,5	0	4,6
31	Ipiíba	0,4	0,3	0
10	Itaúna	2,2	47,6	9,1
1	Jardim Catarina	30,4	10,8	17
23	Jóquei	1,2	0,3	0
25	Luiz Caçador	1	7,9	12,5
5	Mutuá	1,3	0,3	0
7	Neves	3	0,6	4,6
19	Novo México	1	2,9	0
15	Pacheco	1,5	0	0
3	Palmeiras	4,8	16,4	12,5
29	Porto do Rosa	0,7	0	3
20	Porto Novo	1,7	0	0
21	Rio do Ouro	1,3	0	0
11	Rocha	2,1	0,4	0
26	Sacramento	0,1	0	3
27	Salgueiro	0,9	7,9	12,5
4	Santa Catarina	0,7	0,7	0
16	Santa Isabel	1,5	0	0
22	Santa Luzia	3,5	0	0
8	Tribobó	2,1	0,5	0
9	Trindade	2,4	0	0
18	Vista Alegre	1,4	0,2	0

Fonte: Tórnio e Kede (2024, p. 825), adaptado pelo autor.

A recorrência de inundações no município revela que os chamados “desastres naturais” são, na realidade, desastres socialmente produzidos, uma vez que as mudanças



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

climáticas atuam como fator de intensificação de vulnerabilidades já existentes, potencializando processos de perda material, deslocamentos forçados e insegurança territorial. Assim, como apontam Daniel e Lopez (2024), a exposição ao risco não é distribuída de forma homogênea, mas concentrada em territórios historicamente marcados pela precariedade urbana e pela ausência de políticas efetivas de adaptação climática, corroborando a compreensão do risco como construção social.

A avaliação dos indicadores de desastres ocorridos em São Gonçalo revela a expressiva quantidade de indivíduos atingidos, bem como de desalojados e desabrigados, além de significativas perdas materiais (tabelas 1 e 2). Nessa perspectiva, os dados indicam que tais impactos vão além de eventos pontuais, assumindo uma dimensão estrutural e consolidando uma condição de vulnerabilidade integrada à dinâmica cotidiana do espaço urbano.

À luz da perspectiva lefebvriana, os dados sobre inundações, deslocamentos forçados e óbitos em São Gonçalo (RJ) evidenciam que os impactos das mudanças climáticas incidem sobre territórios historicamente produzidos por relações desiguais de poder. Conforme Lefebvre (2000), ao compreender o espaço como produto e condição das relações sociais, torna-se possível reconhecer que a recorrência dos desastres não resulta apenas da intensificação dos eventos climáticos, mas da própria lógica de produção do urbano, marcada pela urbanização periférica e pela segregação socioespacial, de modo que a vulnerabilidade climática se encontra materialmente inscrita no espaço urbano.

Essa leitura dialoga diretamente com a noção de vulnerabilidade como construção social proposta por Cutter (2006), ao demonstrar que a exposição ao risco é mediada por fatores socioeconômicos, institucionais e políticos, e não apenas pela presença de ameaças naturais. Os dados analisados corroboram, assim, a crítica de Acsehrad (2022) às leituras naturalizantes da crise climática, ao evidenciar que os chamados “desastres naturais” são socialmente produzidos e territorialmente concentrados.

Diante da compreensão da produção do espaço, Assis *et al.* (2019) nos levam a compreender que São Gonçalo deve ser analisado como um território produzido para a vulnerabilidade, no qual a lógica da urbanização periférica define quem pode habitar áreas protegidas e quem é empurrado para espaços de risco.



As tragédias urbanas não se repetem porque faltam soluções técnicas, mas porque o modelo de urbanização vigente beneficia interesses econômicos poderosos. Interromper esse ciclo exigiria enfrentar esses interesses e mudar profundamente a forma como a cidade é produzida. A mídia, ao tratar os desastres como eventos naturais e excepcionais, contribui para ocultar essas causas estruturais (Maricato, 2011, p. 1).

Com isso, a fragilidade da governança urbana e ambiental contribui para a naturalização dessas condições, fazendo com que eventos climáticos extremos sejam tratados como fatalidades, e não como expressão de decisões políticas e econômicas. A leitura dos dados empíricos à luz das desigualdades socioespaciais permite avançar na compreensão de que a vulnerabilidade climática em São Gonçalo não é apenas territorialmente distribuída, mas também racialmente estruturada.

Tal dinâmica aproxima-se da noção de necropolítica, na medida em que revela como determinadas populações são sistematicamente expostas a condições de maior precariedade e vulnerabilidade, tornando-se mais suscetíveis à perda da vida e à negação de direitos básicos (Mbembe, 2021). Compreender São Gonçalo como território da crise climática implica reconhecer que seus “fins de mundo” são atravessados por processos de racialização do espaço, nos quais clima, desigualdade e raça se entrelaçam na produção cotidiana da vulnerabilidade.

Figura 1 – Deslizamentos de terra em São Gonçalo em 2023



Fonte: A e B (Lourenço; Canosa, 2023); C (Cascardo, 2023) e D (Brasil, 2023).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

Ao mesmo tempo, São Gonçalo pode ser interpretado como espaço de vida nas ruínas do desenvolvimento capitalista, onde, em meio à precariedade ambiental e à instabilidade climática, os moradores constroem estratégias cotidianas de adaptação, resistência e permanência. Essas práticas não eliminam as desigualdades estruturais, mas evidenciam a coexistência entre vulnerabilidade e reinvenção da vida, em diálogo com Tsing (2022), ao destacar formas de existência nas ruínas do capitalismo, e com Haraway (2023), ao propor a necessidade de “ficar com o problema”

Desse modo, São Gonçalo não deve ser compreendido apenas como um recorte empírico localizado, mas como um território-expressão das múltiplas crises que caracterizam o *Antropoceno*. O município evidencia que os “fins de mundo” não são um destino universal, mas experiências territorializadas, vividas de forma contínua por populações historicamente marginalizadas.

Considerações finais

Portanto, o artigo analisou as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do Antropoceno, defendendo que o colapso climático não constitui um “fim do mundo” universal, mas múltiplos fins de mundo territorializados e desigualmente vividos. Nesse sentido, buscou-se superar leituras naturalizantes e globalizantes da crise climática, evidenciando sua articulação com a produção desigual do espaço, as relações de poder do capitalismo contemporâneo e as heranças históricas do colonialismo.

A discussão teórica sobre o *Antropoceno* permitiu demonstrar que, embora o conceito seja relevante ao reconhecer a ação humana como força geofísica, sua formulação abstrata tende a diluir responsabilidades e a obscurecer as assimetrias sociais, políticas e territoriais na produção da crise ambiental. Nesse sentido, o artigo contribui para a hipótese de que a crise climática não pode ser compreendida apenas como resultado genérico da “humanidade”, mas como expressão de modos específicos de produção, consumo e urbanização que concentram riscos em determinados territórios e populações.



Diante desse cenário, o recorte em São Gonçalo (RJ) confirmou, empiricamente, os argumentos teóricos desenvolvidos ao longo do trabalho, evidenciando como a urbanização periférica, a fragilidade da governança urbana e a ausência de políticas efetivas de adaptação climática produzem um território sistematicamente exposto aos impactos das mudanças climáticas. Assim, São Gonçalo se revelou como um território que é a expressão das desigualdades climáticas no *Antropoceno*, confirmando a centralidade da produção do espaço na compreensão da crise climática.

Torna-se fundamental destacar que a crise climática, ao ser analisada como fenômeno social e espacialmente produzido, revela-se também como um processo profundamente atravessado por relações raciais. Nesse contexto, os chamados “fins de mundo” não apenas se distribuem de forma desigual entre territórios, mas incidem de maneira sistemática sobre populações historicamente racializadas, que vivenciam de forma mais intensa os efeitos da precariedade ambiental, da insegurança territorial e da negligência estatal.

Entre as limitações do trabalho, destaca-se o caráter predominantemente teórico-conceitual da análise e o uso de dados secundários no recorte empírico, o que restringe uma apreensão mais aprofundada das experiências vividas pelas populações afetadas. Diante disso, pesquisas futuras podem avançar a partir de abordagens qualitativas, como entrevistas e etnografias, que permitam compreender de forma mais detalhada as percepções, estratégias e formas de resistência construídas nos territórios vulnerabilizados.

Por fim, ao compreender as mudanças climáticas como fenômeno social, espacialmente produzido e desigualmente vivido, este artigo reafirma que enfrentar a crise climática exige mais do que soluções técnicas ou discursos universalizantes. Com isso, implica questionar os modelos de desenvolvimento, as formas de produção do espaço e as estruturas de poder que transformam determinados territórios em espaços destinados a sobreviver nas ruínas.

Referências

ACSELRAD, H. O "social" nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, Brasília, v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/o-social-nas-mudancas-climaticas/docview/3181323848/se-2?accountid=195669>. Acesso em: 20 dez. 2025.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

ALKMIN, F. M. Colonialismo climático e financeirização do carbono: reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, v. 5, n. 2, p. 50–79, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/amb.v5i2.31885>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ASSIS, G. C.; MATOS, T.; BRONZI, L. Industrialização e urbanização no município de São Gonçalo/RJ: uma análise a partir da pesca artesanal na Baía de Guanabara. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16, Vitória, 2019. **Anais...** Vitória, 2019. Disponível em: <https://commoncity.net/uploads/2021/07/publicacao-simpurb-anais-de-evento.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL, C. I. Encontrados os corpos de mais 2 vítimas do soterramento em São Gonçalo: trabalho de busca e resgate durou mais de 53 horas. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/encontrados-os-corpos-de-mais-2-vitimas-do-soterramento-em-sao-goncalo> Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Brasília: MIDR, 2024. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

CANIL, K.; LAMPIS, A.; SANTOS, K. L. Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 397-416, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4803>. Acesso em: 22 dez. 2025.

CARVALHO, A. **Antropoceno (s): crise climática, ontologia e o social**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024.

CARVALHO, A.; RIQUITO, M. Linhas de fuga do antropoceno : ontologias não-modernas e os antípodas da Razão. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.7546>. Acesso em: 25 dez. 2025.

CASCARDO, R. CNN Brasil. Bombeiros encontram mais uma vítima fatal de desabamento no Rio de Janeiro. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/bombeiros-encontram-mais-uma-vitima-fatal-de-desabamento-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CHAKRABARTY, D. **O global e o planetário: a história na era da crise climática**. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The anthropocene. **Global Change Newsletter**, 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CUTTER, S. The geography of social vulnerability: race, class, and catastrophe. **Perspectives from the Social Sciences**, New York, 2006. Disponível em: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/the-geography-of-social-vulnerability-race-class-and-catastrophe/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

DANIEL, L. S.; LOPEZ, G. G. S. Ensino da geografia para redução dos impactos da urbanização desordenada: o caso de São Gonçalo (RJ). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE



GEÓGRAFOS E GEÓGRAFAS, 8, 2024, São Paulo. **Anais...** 2024, São Paulo. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1726058474_ARQUIVO_0ba1825196044ca581f1037392693849.pdf. Acesso em: 28 dez. 2025.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: N 1 edições, 2023.

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom – Vulnerabilidade**, Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73–89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>. Acesso em: 28 dez. 2025.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOURENÇO, A. B.; CANOSA, M. CNN Brasil. Desabamentos em São Gonçalo deixam um morto e três desaparecidos: 'Caiu tudo!', diz sobrevivente. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/02/14/desabamento-durante-chuva-deixa-um-morto-no-rj-diz-corpo-de-bombeiros.ghtml> Acesso em: 20 dez. 2025.

MACHADO, R. Uma vida no chthuluceno. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 543, 2019, Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7692-uma-vida-no-chthuluceno>. Acesso em: 28 dez. 2025.

MARICATO, E. As tragédias urbanas: desconhecimento, ignorância ou cinismo. **Correio Caros Amigos**, [S. l.], v. 20, p. 1–5, 2011. Disponível em: <https://claudiovereza.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/01/as-tragc3a9dias-urbanas1.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2025.

MARQUES, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MORAIS, N. B.; SANTOS, M. S.; BORGES, G. F.; AVELAR, A. S. Análise da vulnerabilidade nas áreas suscetíveis a movimento de massa nas encostas do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 4, 2024. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/sbgfa/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV206_MD1_ID2842_TB1260_30082024131125.pdf. Acesso em: 27 dez. 2025.

MOURA, R.; SILVA, L. A. A. Desastres naturais ou negligência humana? **Revista Geografar**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 58–72, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/geografar.v3i1.12910>. Acesso em: 26 dez. 2025.

NUNES, L. H. **Urbanização e desastres naturais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.



SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

TÓRNIO, C. A. A.; KEDE, M. I. F. M. Inundações urbanas: análise dos impactos em São Gonçalo (RJ) entre os anos de 2005 e 2018. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 34, p. 813–836, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55761/abclima.v34i20.17966>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TSING, A. L. **O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2022.

Recebido em: 29/12/2025.

Aceito em: 27/04/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>